



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA

Nº

FLS Nº

ASSINATURA

CÂMARA
ISO 9001

VETO TOTAL N. 03/2020 AO PROJETO DE LEI N.415/2019.

ASSUNTO: CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SOLIDÁRIOS DA AMAZONIA

PARECER PL/CMM

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI
SUPRACITADO. MANUTENÇÃO DO VETO
TOTAL .

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, o veto TOTAL nº 03/2020, nos termos acima mencionados.

O Projeto foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer de cunho opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e constitucional da propositura, sendo completamente imparcial, não adentrando no aspecto político.

Na presente fase da tramitação legislativa, compete a esta Procuradoria Legislativa a análise do veto e suas razões e não do projeto de lei em si.

De acordo com o art. 64, parágrafo 2º, da LOMAN:

“Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DL/DIAC/DECOM
PROPOSITURA VT
Nº 003/2020
FLS Nº 8 CÂMARA
ASSINATURA [assinatura] ISO 9001

comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.”

Assim, a propositura poderá receber veto em um ou mais dos casos especificados, ou seja, em caso de inconstitucionalidade, ilegalidade ou contrariedade ao interesse público.

Nas razões do veto, o Prefeito alegou que o projeto não apresentou a totalidade da documentação necessária para a aprovação da utilidade pública, faltando a juntada da última eleição da diretoria, bem como comprovação do efetivo exercício nos últimos dois anos.

Analisando novamente o projeto de lei, esta procuradora reconhece uma falha na análise anterior, eis que realmente, não encontramos esses dois documentos citados, tendo razão o nobre Prefeito no veto realizado. Tal equívoco nos alerta para a necessidade de mais acuidade na nossa análise em casos futuros semelhantes.

Isto posto, diante dos argumentos expostos, esta Procuradoria entende que o veto TOTAL está de acordo com o art. 64, parágrafo 2º, da LOMAN, razão pela qual recomenda-se sua manutenção.

Manaus, 02 de março de 2020.

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO

Procuradora da CMM

CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus**RECEBIDO**EM: _____
ASS: _____
CÂMARA
ISO 9001**PROCURADORIA
GERAL**

VETO TOTAL Nº 03/2020 AO PROJETO DE LEI N. 415/2019

CMM/DL/DIAC/DECOM

ASSUNTO: CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO
SOLIDÁRIOS DA AMAZÔNIA.PROPOSTURA **VT**
Nº **003/2020****DESPACHO**

FLS Nº _____

ASSINATURA

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dra. PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 02 de março de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto
Procurador Geral**ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNADNES NETO**
Procurador GeralCÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES**RECEBIDO**